

Parecer de Saulo sobre habeas-data sai até terça

Da Sucursal de Brasília

O "Diário Oficial" da União vai publicar, até terça-feira, o parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que assegura a auto-aplicação do princípio do habeas-data, instituído pela nova Constituição. O parecer de Saulo Ramos determina ainda que o cidadão tente obter as informações que deseja diretamente no Serviço Nacional de Informações (SNI), antes de impetrar o habeas-data junto ao Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique dos Santos, o parecer está em poder do presidente José Sarney desde anteontem. O porta-voz disse ontem que o objetivo do documento é garantir a aplicação imediata do direito constitucional e disciplinar o processo de encaminhamento do pedido. O habeas-data assegura ao cidadão o acesso às informações arquivadas nos órgãos públicos que lhe digam respeito. Até o momento, as solicitações têm sido encaminhadas a diversas instâncias jurídicas, como Tribunal Federal de Recursos (TFR) e Supremo Tribunal Federal.

Saulo Ramos disse à Folha que seu

parecer, que tem 28 páginas, contém uma ressalva em relação ao SNI. Segundo ele, a própria Constituição estabeleceu a preservação das informações que possam comprometer a segurança do Estado. O consultor diz achar que vai ser necessário definir em lei que tipos de informações comprometeriam a segurança nacional. Enquanto não existe a lei, caberá ao ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, definir quais informações poderão ser divulgadas. Terça-feira, o general Ivan concederá entrevista à imprensa para explicar o conteúdo do parecer.

O porta-voz disse que o programa oficial BR-TV, que estreou sexta-feira em rede nacional obrigatória, "não vai esconder a figura do presidente", mas negou que ele estivesse a serviço da promoção pessoal de Sarney.

Carlos Henrique afirmou que Sarney não está desrespeitando o dispositivo que proibiu a divulgação das autoridades nos informes oficiais. "Já adequamos toda a nossa publicidade à Constituição. Querer que seja retirado também o slogan 'Tudo pelo Social' já é perseguição", disse.